

Pedido de renovação de acordo com FMI ainda está indefinido

Mônica Izaguirre
De Brasília

O Brasil está há quase cinco anos completos dependendo de ajuda do Fundo Monetário Internacional sem que haja, ainda, convicção do governo de que o país estará pronto para prosseguir sem esse apoio quando vencer o acordo em vigor, em novembro deste ano. Nem Ministério da Fazenda nem Banco Central se arriscam a dizer, por enquanto, que o país não precisará mais pedir renovação ou prorrogação do acordo.

O Valor perguntou ao diretor de Política Econômica do BC, Ilan Goldfajn, se o Brasil tem condições de partir para 2004 dando por encerrado esse ciclo de acordos com o FMI, iniciado no final de 1998. "Ter, tem. Mas, talvez, não seja o ideal. Seguro morreu de velho", respondeu ele.

O governo ainda não tem uma resposta definitiva nem para si mesmo, admite Goldfajn. Mas ele avisa que, "necessariamente", o tema terá que ser discutido em uma das próximas avaliações do acordo. Faltam três. Uma começa agora em maio e precisa ser concluída até 6 de junho. Outra está prevista para julho, com conclusão em 8 de agosto. A última começará em outubro e vai terminar em 7 de novembro.

Marcos Lisboa, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, observa que os países membros pedem socorro ao FMI essencialmente "quando estão com problema para financiar seu balanço de pagamentos". Ou seja, pedem ajuda quando há escassez de oferta de capitais estrangeiros para cobrir suas amortizações de dívida externa e seus gastos em transações correntes (comércio, serviços, transferências unilaterais e de renda).

Lisboa acha que, no momento, "é prematuro" apostar que as condições de financiamento das

contas externas brasileiras serão tranquilas em 2004. "O momento ainda é de incerteza externa", diz o secretário. Ele destaca que, no mundo todo, há retração principalmente de investimentos diretos, capital considerado ideal para o financiamento do balanço de pagamentos, uma vez que não gera dívida externa (embora gere remessa de lucros). Lisboa acha que talvez seja necessário esperar até setembro para se definir o futuro do acordo.

Ilan Goldfajn destaca que a vantagem de se ter um acordo com o FMI não é só o acesso a recursos mais baratos do que os de mercado para financiar o balanço de pagamentos. Há a questão do aval formal do fundo às políticas econômicas adotadas, o que, segundo ele, é sempre bem visto e ajuda a recuperar a confiança dos investidores externos.

Mas fica a dúvida se esse aval ainda é necessário no caso brasileiro. Afinal, lembra Goldfajn, as políticas e metas com as quais o governo se compromete são de iniciativa própria. "As metas são nossas e não dependem do acordo com o FMI para ser cumpridas", diz o diretor do BC.

O mesmo argumento é usado por Marcos Lisboa em suas ponderações sobre a necessidade ou não de o FMI continuar avalizando formalmente a condução da política econômica no Brasil. "O governo tem tido uma postura clara de anunciar o seu programa econômico independentemente do acordo", afirma.

Ilan Goldfajn reconhece que o fato de o atual acordo impor um piso de US\$ 5 bilhões para as reservas cambiais líquidas ajustadas do país "é uma restrição, sem dúvida". Mas, voltando aos argumentos favoráveis a uma eventual renovação, ele destaca que já foi conversada com o FMI a possibilidade de se alterar este piso. No conceito líquido ajustado (que exclui o saldo devedor do

país com o fundo e parte das aplicações do BC em títulos de dívida externa do Tesouro Nacional), se necessário, as reservas teriam piso negativo, permitindo ao governo, portanto, gastar o dinheiro emprestado pelo fundo para honrar compromissos. No fim de março passado, o total das reservas era de US\$ 42,33 bilhões. Mas, para efeitos de comparação com o piso, estavam sendo considerados US\$ 14,15 bilhões (reservas líquidas ajustadas).

Até novembro, o Brasil ainda terá acesso a recursos novos do FMI, o que reforçará as reservas cambiais brutas. São cerca de US\$ 21 bilhões a serem disponibilizados em três parcelas, a última no início de novembro. Basta que as metas fiscais e outros critérios de desempenho continuem sendo cumpridos — o que novo governo já provou ser capaz de fazer quando anunciou os resultados fiscais do primeiro trimestre.

O dinheiro novo a ser liberado é mais que o dobro do que o país tem a amortizar com o Fundo este ano (cerca de US\$ 11 bilhões). A partir de 2004, no entanto, salvo novo acordo, o país será obrigado a fazer pagamentos líquidos ao Fundo, com quem já tem um saldo devedor de US\$ 25,11 bilhões.

Ilan Goldfajn lembra que os empréstimos do FMI a países membros têm limite. Com o atual acordo, firmado em setembro de 2002, o Brasil teria chegado próximo ao seu teto. Isso não seria, porém, fator impeditivo a novo acordo, informa Goldfajn. Uma eventual renovação não necessariamente precisaria envolver mais dinheiro. Poderia envolver apenas rolagem da dívida já existente com o Fundo.

Se não houver renovação e as parcelas ainda não liberadas forem efetivamente sacadas, o Brasil terminará de pagar sua dívida com o FMI em novembro de 2007 ou de 2008, pois o atual contrato já admite alguma extensão do prazo, a critério do país.